

## A pluralidade dos Direitos Humanos

Cristina Câmara<sup>1</sup>

O primeiro número da revista *Portas* aborda os Direitos Humanos. Não delimitamos um aspecto a tratar, provavelmente gerando as mais diversas expectativas, dependendo do referencial do leitor. Ao contrário, pensamos que seria interessante evidenciar uma multiplicidade de temáticas e pontos de vista sob este ‘guarda-chuva.’ Isto pressupõe um entendimento sobre a concepção de Direitos Humanos.

Inicialmente entendemos Direitos Humanos a partir das experiências vividas, dos grupos sociais excluídos e de sua necessária indivisibilidade, não sendo portanto plausível dicotomizarmos aspectos econômicos e liberdades individuais, por exemplo. Por sua vez, também entendemos que há um desafio inerente à concepção dos Direitos Humanos, qual seja, a questão de sua universalidade e a relação entre dimensões culturais presentes nas políticas, cooperações bi ou multilaterais (governamentais e não-governamentais), religiões, costumes, comportamentos e crenças. Neste sentido, parafraseando Boaventura de Sousa Santos, “aprender com o sul é uma exigência” e o contexto brasileiro, nossa produção de conhecimentos e o lugar que o País ocupa na geopolítica atual diz muito sobre as potencialidades para a superação de desigualdades e injustiças sociais. Entretanto, ainda segundo o sociólogo português, aprender com o sul exige a “desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação a tudo o que no Sul é resultado da relação colonial capitalista.” (Santos, 2006).

O arcabouço político dos direitos além de regulatório pode voltar a ser emancipatório, mas jamais uno, e apostamos nisto. Partindo de uma ética de baixo para cima, que valorize a pluralidade, criando espaços de consensos possíveis e não ‘para inglês ver’, e trazendo à tona dimensões e lógicas postas à margem constantemente em nome da reprodução de relações de poder e julgo. Enfim, valorizando critérios éticos e políticos, sempre no plural.

Organizamos este primeiro número da revista *Portas* sob estes pressupostos e esperamos que as contribuições dos autores possam ser apreendidas de forma a desvendar nichos e novas possibilidades de reconhecer e lidar com as dimensões ético-políticas dos direitos. Reunimos aqui três artigos, uma entrevista e uma resenha.

O primeiro artigo, de autoria de Paulo César Carbonari - Coordenador Nacional de Formação do Movimento Nacional de Direitos Humanos -, é esclarecedor sobre a institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil. O autor traça um percurso que nos permite vislumbrar as diversas dimensões marcadas pelo referencial dos Direitos Humanos e seus vários embates e conquistas ao longo da história política brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e Coordenadora da "Acicate: Análises Socioculturais." Contato: [cristina.camara@acicate.com.br](mailto:cristina.camara@acicate.com.br)

Carbonari apresenta um panorama sobre a institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil, o ordenamento jurídico e seu lugar no cenário internacional, valorizando aspectos que são estruturais, conjunturais e apostam numa perspectiva de futuro.

O segundo artigo, de Lorena Avellar de Muniagurria - pesquisadora associada do Núcleo de Estudos sobre Consumo e Estética, do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - é elucidativo de uma questão atual, especialmente nos grandes centros urbanos e devido ao crescente incentivo ao chamado turismo cultural. Trata-se de uma abordagem qualitativa sobre aspectos dos direitos culturais. A autora analisa a realização de ações educativas por parte de instituições não-governamentais voltadas ao grande público, com destaque para as “mediações” em exposições. A clássica tensão entre erudição e massa perpassa o texto.

O artigo da psicóloga Carolina Alves Rezende, que atua no Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia, resulta do trabalho realizado com crianças vivendo com HIV e aids, premiado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. A autora acompanhou durante seis meses um grupo de crianças entre 8 e 11 anos de idade, através de oficinas, visando identificar violações de direitos. A atividade de brincar foi abordada como uma ferramenta pedagógica, subsidiada pela teoria freiriana, especialmente em “Pedagogia da autonomia.”

A entrevista de Márcia Marinho com Júlia Esther Castro França, Coordenadora Executiva do PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros –, traz o debate sobre os Direitos Humanos na cooperação internacional. O ponto central da entrevista diz respeito à promoção e garantia dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESC(A) na cooperação internacional ecumênica. Júlia Esther ressalta a importância de ações conjuntas, a indivisibilidade dos Direitos Humanos e a necessidade de monitoramento das ações empreendidas, como o Contra-Informe do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC) Brasileiro (Rech, 2007), entre outras.

Por fim, a resenha do professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Carlos Henrique Aguiar Serra, nos apresenta uma obra de referência: “Ética: Direito, Moral e Religião no mundo moderno”, de Fábio Konder Comparato. Tal como “A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos”, trata-se de um livro fundamental de consulta para os que atuam com o tema. Como bem diz Carlos Henrique, trata-se de uma leitura obrigatória. Seu trabalho de síntese ao resenhar as mais de 700 páginas do volume, retrata a fluidez de Fábio K. Comparato ao transitar por campos disciplinares diversos, ampliando a visão de conjunto que temos sobre direito, moral e religião com base em autores que vão de São Tomás de Aquino à Gandhi.

Esperamos que além de desfrutar do diálogo com os autores que colaboraram com este primeiro número da revista eletrônica *Portas*, os leitores - especializados ou não - sintam-se motivados a alçar novos vãos, buscando e abrindo curiosamente cada porta.

## **Referências**

RECH, Daniel (Coord.). Direitos Humanos no Brasil 2: diagnóstico e perspectivas. Coletânea CERIS, Ano 2, n.2, Rio de Janeiro: CERIS/Mauad X, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.